LEI Nº 513

DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL PÈRMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL.

A Câmara Municipal de Planura decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 1º - Na administração do pessoal da Prefeitura Municipal, ter-se-á em vista, fundamentalmente:

I - Valorizar a função pública, tendo em vista aperfeiçoá-la como instrumento de realização dos objetivos da administração municipal;

II - Profissionalizar e, por meio de treinamento intensivo, aperfeiçoar o servidor;

III- Estimular a ascensão e a progressão do servidor;

IV- Constituir quadros dirigentes, mediante a formação de administradores capacitados para garantir a eficiência e a criatividade da ação municipal;

V - Fortalecer e aprimorar o sistema de mérito objetivamente apurado;

VI - Fixar a quantidade de servidores estritamente necessária, relacionada com as atribuições de cada órgão;

VII - REmunerar o trabalho do servidor, segundo a classificação das atribuições das respectivas classes, consideradas a escolaridade e a experiência, para a correta observância ou execução dos deveres e responsabilidades, sem prejuizo, ainda, de outros requisitos que se considerem essenciais, incluindo o relativo às condições ambientais do trabalho;

VIII - Assegurar conduta funcional por normas éticas;

IX - Buscar o aproveitamento do pessoal, mediante, entre outras providências, sua readaptação, de modo a ajustá-lo o trabalho compatível com suas qualificações e aptidões vocacionais;

X - Estimular a formação de mecanismo de representação dos servidores e valorizar-lhes a participação nos assuntos que digam respeito aos interesses da classe;

XI - Assegurar assistência ao servidor.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 2º - Compete ao Prefeito Municipal:

I - Especificar, em Decreto, as tarefas típicas das classes;

II - Submeter à Câmara Municipal Projeto de Lei de criação ou extinção de cargo;

III - Aprovar a abertura de concursos e o respectivo Edital, incluindo o de provimento de cargo por meio de acesso;

IV - Prorrogar a validade de concursos;

V - Nomear, exonerar ou demitir funcionário;

VI - Autorizar a realização ou promoção de cursos ou atividades de desenvolvimento de recursos humanos;

VII - Baixar normas de avaliação do desempenho;

VIII - Conceder progressão, nos termos desta Lei;

IX - Fixar critérios de concessão de diária e os seus valores;

X - Determinar os horários de cumprimento da jornada de trabalho;

XI - Dispensar funcionário do cumprimento da jornada de trabalho, para que participe de curso de treinamento;

XII - Baixar normas sobre exames periódicos de saúde a que devam submeter-se os funcionários;

XIII - Autorizar serviço extraordinário, previamente à sua realização;

XIV - Determinar a apuração de responsabilidade funcional e aplicar sanção disciplinar;

XV - Contratar a execução indireta de serviços auxiliares;

XVI - Cumprir e fazer que se cumpram as normas de pessoal.

Parágrafo Único - É facultado ao Prefeito Municipal, em Decreto, delegar ao Oficial de Gabinete ou Assessor direto atribuições arroladas neste artigo, salvo as de que cogitam os Incisos II, V, VIII, XIV e XV.

CAPÍTULO III
DAS CLASSES DE CARGOS

Art. 3º - As tarefas e responsabilidades que formam a atividade permanente da Prefeitura Municipal, sujeita ao Regime Estatutário, exprimem-se em cargos, que formam os Quadros Permanente (Anexo I) e o Suplementar.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei:

I - Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público da

Prefeitura Municipal, segundo regime definido em Lei Complementar Municipal;

II - Cargo Público é o lugar criado por Lei, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e símbolo de vencimento próprios, para ser provido e exercido por um titular;

III - Classe é o agrupamento de cargos iguais, em termos de denominação, atribuições, responsabilidades e símbolos de vencimentos;

IV - Quadro Setorial de lotação é a força de trabalho, em seus aspéctos qualitativo e quantitativo, sob a forma de cargos, necessária ao desempenho das atividades normais e específicas de uma repartição;

V - Repartição é o órgão da Prefeitura Municipal diretamente subordinado ao Prefeito Municipal.

§ 1º - A descrição geral e a especificação das tarefas típicas de cada classe constarão de Decreto.

§ 2º - A identificação de cada classe incluí:

a) - denominação;
b) - código;
c) - elementos essenciais da natureza do trabalho;
d) - tarefas típicas;
e) - qualificação mínima para seu desempenho.

§ 3º - Os quadros setoriais de lotação são fixados em Decreto.

§ 4º - Compete ao Oficial de Gabinete estabelecer os critérios e procedimentos de movimentação dos servidores, de um quadro setorial de lotação para outro, bem como baixar os atos respectivos, ouvidos os titulares das repartições interessadas.

Art. 5º - As classes são isoladas ou se dispõem em Decreto.

§ 1º - Série de classes é o conjunto de classes que guardam, entre sí, estreita afinidade, dispostos hierarquicamente, de acordo com o respectivo grau de complexidade e responsabilidade.

§ 2º - Cada série de classes tem uma classe inicial única.

§ 3º - As classes do Quadro Permanente, distribuem-se, com os respectivos cargos e símbolos de vencimento, por níveis de escolaridade (Anexo I).

Art. 6º - Em termos de esoclaridade formal ou conhecimento requerido para seu exercício, os cargos consideram-se de nível superior (NS), do segundo grau (SG), de primeiro grau (PG) ou elementar (NE), como indicado no Anexo I.

TÍTULO II - DO QUADRO PERMANENTE

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I - INTRODUÇÃO

Art. 7º - As classes do Quadro Permanente, as arroladas no Anexo I, são formadas de cargos:

I - De confianças, e, em consequência, de provimento em Comissão;

II - Ou de provimento em caráter efetivo.

SEÇÃO II - DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 8º - Os cargos em comissão são de livre provimento e exoneração, observado o parágrafo seguinte.

§ 1º - Os cargos em comissão são de recrutamento amplo ou limitado.

§ 2º - O provimento de cargo de recrutamento amplo é feito mediante livre escolha do Prefeito.

§ 3º - O provimento de cargo de recrutamento limitado é feito mediante livre escolha do Prefeito, entre os ocupantes, em caráter efetivo, de cargos da Prefeitura Municipal.

§ 4º - Qualquer que seja a forma de recrutamento, há que observar os requisitos constantes da especificação da classe.

Art. 9º - As classes de cargos em comissão podem exprimir:

I - Direção superior;
II - Assessoramento;
III - Chefia.

§ 1º - As atribuições e responsabilidades de direção superior traduzem ocmando das mais alta posição hierárquica, vinculadas à tomada de decisões, planejamento, organização, coordenação e controle, ou, ainda, à execução de tarefas inerentes a estas atividades, ao nível de definição de objetivos, diretrizes, programas e normas gerais ou específicas.

§ 2º - As atribuições e responsabilidades de assessoramento consubstanciam-se em atividades de orientação e aconselhamento ao Prefeito Municipal.

§ 3º - No caso de chefia, as classes são de supervisão dos órgãos a que incumbem atividades e programas de trabalho, em geral.

SEÇÃO III - DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 10 - O provimento dos cargos em caráter efetivo depende de

aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º - Incumbe ao Oficial de Gabinete realizar os concursos, públicos ou não, ou promover-lhes a realização, nos termos de regulamento baixado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - Observados os demais requisitos, somente pode ser investido em cargo público, em comissão ou em caráter efetivo, quem tiver completado 18 (dezoito) anos de idade, observado, no caso de provimento efetivo, salvo o de cargo de nível superior, o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) anos.

§ 3º - O limite máximo de idade que cogita o § 2º é apurado na data da posse e não se aplica ao provimento de cargo mediante promoção ou acesso.

Art. 11 - A aprovação para o provimento de cargo não cria direito a nomeação, mas o provimento, quando se fizer, observará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 12 - Havendo candidato aprovado e ainda não nomeado, não se homologará outro concurso, público ou interno.

Parágrafo Único - É de 2 (dois) anos o prazo de validade dos concursos públicos, a contar da data de sua homologação, podendo prorrogar-se, na hipótese prevista no Inciso III do Artigo 37, da Constituição Federal e no Parágrafo 2º do Artigo 21, da Constituição Estadual e ainda no Parágrafo Único do Artigo 114, da Lei Orgânica deste Município.

SEÇÃO IV - DO ACESSO

Art. 13 - Acesso é a passagem do servidor ocupante de cargo em caráter efetivo, na Prefeitura Municipal, a outra classe, isolada ou inicial de série de classes, sob o mesmo Regime Jurídico.

Art. 14 - Somente pode concorrer ao provimento de cargo por acesso o servidor que tiver completado, na classe, o período de interstício previsto no Edital, apurado até a data de sua publicação, não superior a 18 (dezoito) meses.

Art. 15 - Não pode concorrer ao provimento de cargo por acesso o servidor que, no período de 06 (seis) meses imediatamente anterior à data da seleção, tenha sofrido penalidade de suspensão ou destituição de chefia.

Art. 16 - Para alcançar o provimento de cargo por acesso, deve ainda o candidato ter-se aprovado, nos termos do regulamento, em seleção competitiva interna, com base em provas escritas relacionadas com os serviços municipais e as atribuições da nova classe.

Parágrafo Único - A prova escrita a que se refere este artigo pode ser complementada ou substituída, a critério do Prefeito Municipal, por curso intensivo de aperfeiçoamento.

Art. 17 - O número de vagas de cargos a serem providos por acesso constará do Edital, observadas as necessidades dos serviços e por proposta de Chefes de Seção ou autoridades de igual nível hierárquico.

§ 1º - O Edital será afixado na Prefeitura Municipal, e, em resumo, publicado em órgão de imprensa local, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, sob a pena de nulidade.

§ 2º - A seleção tem validade por 01 (um) ano, contado da data de sua homologação, podendo prorrogar-se por prazo de igual duração, nos termos do Edital.

§ 3º - O provimento observará a ordem de classificação dos candidatos.

§ 4º - A critério do Prefeito Municipal, pode preferir-se o concurso público ao acesso.

Art. 18 - O Servidor que não estiver em exercício do cargo, ressalvadas as hipóteses de ausências tidas como de efetivo exercício, nos termos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município (Lei Complementar nº 01/94, de 25/11/94), não concorrerá ao acesso.

SEÇÃO V - DA PROMOÇÃO

Art. 19 - Os cargos vagos das classes não iniciais das séries de classes são providos exclusivamente por meio de promoção dos ocupantes de cargos de classe imediatamente inferior na série de classes.

§ 1º - Dois terços dos cargos vagos são providos por merecimento; o terço restante, por antiguidade.

§ 2º - A apuração do merecimento, para o efeito de promoção do Servidor será feita com base em concurso interno de provas escritas e entrevistas, observado o interstício de 01 (um) ano.

§ 3º - Incumbe ao Setor de Pessoal da Prefeitura implantar o regulamento de promoções.

SEÇÃO VI - DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 20 - Titular de cargo em comissão somente pode ser substituído, nos seus impedimentos, por Servidor com mais de 02 (dois) anos de efetivo exercício, na Prefeitura.

§ 1º - Salvo o caso de substituição, automática, a indicação do substituto é feita, fundamentadamente, pelo Chefe da Repartição interessada, podendo autorizá-lo o Oficial de Gabinete, por delegação do Prefeito Municipal.

§ 2º - Não é computada para qualquer efeito a substituição que não tenha sido previamente autorizada, na forma do parágrafo anterior.

§ 3º - A substituição é gratuita, quando, porém, excede a 15 (quinze) dias, é remunerada e por todo o período.

§ 4º - O substituto perde enquanto durar a substituição, o vencimento do cargo de que é ocupante, passando a perceber o vencimento do cargo em comissão do Servidor substituído, salvo opção, na forma do § 1º do Art. 23.

§ 5º - Não é remunerado o exercício, em substituição, de cargo provido em caráter efetivo.

CAPÍTULO II
DA REMUNERAÇÃO

SEÇÃO VII - DOS SÍMBOLOS E FAIXAS DE VENCIMENTOS

Art. 21 - Os níveis de vencimentos se dispõem em ordem crescente, representando o inicial pelo número de 01 (zero um).

§ 1º - O conjunto dos níveis deste modo ordenados forma a tabela de vencimentos (Anexo II).

§ 2º - A cada classe de cargos de provimento efetivo corresponde determinada faixa de 31 (tirnta e um) valores de vencimento; o inicial exprime o vencimento-base da classe.

§ 3º - À classe de cargo em comissão corresponde valor de vencimento único (Anexo I).

Art. 22 - Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente à soma do vencimento e gratificações devidas ao Servidor.

Parágrafo Único - As gratificações, incluídos os adicionais por tempo de serviço, são calculadas exclusivamente sobre o valor do símbolo de vencimento do cargo.

Art. 23 - Provido o cargo, em caráter efetivo, cabe ao seu ocupante o vencimento-base da respectiva faixa de valores.

§ 1º - No caso de acesso ou promoção, fica assegurado ao Servidor o vencimento-base do novo cargo, podendo optar, na respectiva escala, pelo vencimento do cargo em caráter efetivo, na data do acesso ou promoção, acrescido de 20% (vinte por cento) de seu valor. Nesta hipótese, o vencimento será ajustado, na faixa do novo cargo superior, mais próximo.

§ 2º - O ocupante de cargo de provimento em comissão pode optar pela remuneração do cargo de que seja titular em caráter efetivo, acrescido da gratificação de 20% (vinte por cento) do valor atribuído ao símbolo de vencimento do cargo em comissão.

SEÇÃO III - DA PROGRESSÃO

Art. 24 - Para efeito de progressão, o servidor ocupante de cargo em caráter efetivo, na Prefeitura Municipal, adquire direito ao valor de venci-

mento imediatamente superior ao seu, na faixa de valores da respectiva classe.

Parágrafo Único - A progressão é concedida, alternadamente, por antiguidade e merecimento, nesta ordem.

Art. 25 - A apuração da antiguidade e do merecimento, para o efeito de progressão, é feita durante os meses de janeiro e julho de cada ano, e abrange os Servidores que, até o último dia do mês de dezembro ou junho imeditamente anterior, respectivamente, hajam completado 02 (dois) anos de efetivo exercício a partir do ingresso na classe ou da obtenção do último valor de vencimento, na respectiva faixa.

§ 1º - No caso de acesso, prossegue, na nova classe, para o efeito de progressão, a contagem do tempo de serviço, na classe anterior, a partir do ingresso na classe ou da obtenção do último valor de vencimento, na respectiva faixa.

§ 2º - O ocupante de cargo em comissão ou em substituição somente pode concorrer a progressão, no cargo de que seja titular em caráter efetivo.

Art. 26 - Cumprido o interstício previsto no Artigo 25, somente se concede progressão por merecimento ao servidor que tenha obtido conceito favorável de desempenho, relativamente ao período de interstício.

§ 1º - Para a avaliação de desempenho são considerados os seguintes fatores:

I - Exercício de função de direção ou chefia;

II - Conhecimento e qualidade do trabalho;

III - Eficiência profissional;

IV - Pontualidade;

V - Assiduidade;

VI - Cursos e treinamento diretamente relacionados com as atribuições do cargo.

§ 2º - A avaliação dos fatores I ao V do parágrafo anterior é feita com base em conceitos registrados em boletim de merecimento, pelos Chefes ou Supervisores do servidor, e outros dados extraídos de seus assentamentos funcionais.

§ 3º - Não se interrompe a avaliação do merecimento do Servidor , na hipótese de, em decorrência de promoção ou acesso, vir a ocupar cargo de outra classe.

§ 4º - A contagem de tempo de serviço é feita em dias, observado o Artigo 29.

Art. 27 - Na apuração do interstício para progressão, são descontadas as ausências ao trabalho quando ocorridas com prejuízo do vencimento.

§ 1º - A contagem do interstício interrompe-se;

a) - por 1 (um) ano, no caso de o servidor sofrer penalidade de

destituição de chefia;

b) - à razão de 15 (quinze) dias, por dia de suspensão;

c) - por 30 (trinta) dias, no caso de advertência por escrito.

§ 2º - A contagem do interstício recomeçará na data subsequente à do término do prazo de penalidade.

Art. 28 - O número de progressões por merecimento é limitado a 80% (Oitenta por cento) dos que houverem cumprido os respectivos requisitos, observada a ordem de classificação, em cada hipótese de progressão.

Parágrafo Único - Ocorrendo empate, a progressão é concedida ao Servidor, nesta ordem:

I - com mais tempo, na Prefeitura Municipal;
II - com melhor nível de escolaridade;
III - com mais idade.

Art. 29 - Não se computará para a integralização do período de interstício de que cogita o Artigo 27, o tempo em que o servidor tenha estado afastado do exercício do cargo, salvo as hipóteses de que cogita o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 30 - Deferida a progressão, o valor do novo símbolo de vencimento dela decorrente será o vigente na data do pagamento, considerando-se devido a partir da data em que o servidor tiver cumprido os requisitos da progressão.

Art. 31 - Em regulamento, disporá o Executivo sobre a avaliação de desempenho do Servidor, para o efeito de progressão.

SEÇÃO IV - DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 32 - Ao Servidor são deferidas, cumpridos os requisitos, as seguintes gratificações:

I - Adicional por tempo de serviço;
II - de exercício de cargo de provimento em comissão (art. 23, § 2º);
III - de estímulo à produção individual, nos termos do regulamento.

Parágrafo Único - A gratificação prevista no Inciso I somente pode ser paga em função do tempo de serviço prestado ao Município de Planura, correspondendo:

A) - a 10% (dez por cento) do cargo de provimente efetivo, por 05 (cinco) anos de efetivo exercício;

B) a outros 15% (quinze por cento) do vencimento do cargo de provimento efetivo, pelo decurso de 35 (trinta e cinco) anos de efetivo exercicio para homens e 30 (trinta) anos para mulheres.

SEÇÃO V - DAS DEMAIS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 33 - Ao Servidor podem ainda ser deferidas as seguintes vantagens de acordo com o regulamento:

I - Pela participação:

a) - Em órgão de deliberação coletiva, por sessão a que comparecer;

b) - Em execução de convênio, celebrado com entidade de outro nível de Governo, para execução de programas de interesse comum;

II - A título de diária ou ajuda de custo;

III - Honorários;

a) - Pelo exercício de atividades de auxiliar ou de membro de banca e de comissão de concursos;

b) - Pelo exercício de magistério ou de função auxiliar, em programa de desenvolvimento de recursos humanos;

c) - Pela elaboração de trabalhos técnicos e especiais de interesse da Administração Municipal, desde que não correspondem às atribuições do cargo ocupado;

IV - Abono de familia.

Parágrafo Único - A retribuição pela participação em Convênio não se acumula com outra da mesma natureza e somente será paga quando mencionada no respectivo instrumento.

TÍTULO III

CAPÍTULO ÚNICO

SEÇÃO I - INTRODUÇÃO

Art. 34 - A implantação, em sua primeira fase, do Quadro Permanente de que trata esta Lei, se fará por meio de:

I - Classificação direta dos atuais servidores públicos da Prefeitura Municipal;

II - Mediante readaptação.

SEÇÃO II - DA CLASSIFICAÇÃO DIRETA

Art. 35 - As classes atuais, ficam transformadas naquelas que com elas guardam a correspondência estabelecida no Anexo III.

Art. 36 - O Servidor não abrangido pelo disposto na Seção seguinte, ocupante de cargo em caráter efetivo, fica investido, por efeito de classificação direta, em cargo de classe correspondente, no Quadro Permanente, segundo a correlação do Anexo III.

Art. 37 - Na atribuição, exclusivamente para o efeito de classificação direta, de valor de vencimento ao Servidor, na faixa de valores correspondentes à sua classe, no novo Quadro, observa-se o disposto no Parágrafo deste artigo.

Parágrafo ÚNico - Para o efeito previsto neste Artigo, a cada 02 (dois) anos de efetivo exercício, na Prefeitura Municipal de Planura, corresponde 01 (um) valor de vencimento, a partir do inicial, na faixa de vencimentos da classe do servidor.

Art. 38 - Qualquer provimento de cargo, em caráter efetivo, no novo Quadro, posteriormente à primeira implantação, nos termos desta Seção, somente pode ser feito seguindo o regime e a qualificação prevista para a classe.

SEÇÃO III - DA READAPTAÇÃO

Art. 39 - Para o efeito da primeira implantação do Quadro Permanente (Art. 34, II), será readaptado, de ofício, o Servidor que venha exercendo, sem interrupção, funções diversas das especificações no cargo de que seja titular.

§ 1º - Dar-se-á readaptação por meio de transformação do cargo de que seja titular o servidor, em cargo de Quadro Permanente.

§ 2º - A readaptação pode também ser requerida, protocolado no órgão competente da Prefeitura Municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da vigência desta Lei.

Art. 40 - Cabe a readaptação de que se trata na hipótese de ficar expressamente comprovado que:

I - O desvio de função vem subsistindo pelo menos 12 (doze) meses anteriores à data da vigência desta Lei, por absoluta necessidade do serviço;

II - A atividade está sendo exercida de modo permanente;

III - O Servidor possui a necessária aptidão para o desempenho regular do novo cargo, objeto de readaptação, observado, se for o caso, o requisito legal de habilitação.

Parágrafo Único - A aptidão de que cogita o Inciso III pode ser apurada por meio de avaliação em curso de treinamento, intensivo e objetivo, realizado pelo Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 41 - O valor do vencimento do servidor, no cargo da classe resultante da readaptação, é o inicial da respectiva faixa de valores na hipótese de o vencimento ser superior a este, atribui-se-lhe o mais próximo, na nova faixa.

TÍTULO IV

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Para o efeito exclusivo de classificação direta, ficam os atuais Servidores dispensados de comprovação do requisito de escolaridade constante da especificação das respectivas classes, salvo exigência da Lei.

Art. 43 - Nos valores correspondentes aos símbolos de vencimento das classes do Quadro Permanente ficam absorvidas as retribuições pecuniárias vigentes, ressalvadas exclusivamente as gratificações a título de adicional por tempo de serviço, o abono de família e a gratificação de estímulo à produtividade individual.

Art. 44 - São de recrutamento amplo os cargos em Comissão das classes de Chefe de Gabinete do Prefeito, Secretários, Secretário Adjunto e Assessores do Prefeito.

Parágrafo Único - São de recrutamento limitado os cargos das demais classes de provimento em comissão.

Art. 45 - Passam a denominar-se "Departamentos" e "Seções", respectivamente, os atuais Serviços e Setores da Prefeitura Municipal.

Art. 46 - A implantação do Quadro Permanente em cada repartição precederá de Decreto que fixe o respectivo quadro setorial de lotação.

Art. 47 - Somente passarão a integrar o Quadro Permanente de que trata esta Lei os Servidores que por ele optarem, em requerimento protocolado no órgão competente da Prefeitura, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao de publicação desta Lei.

Parágrafo Único - Os Servidores que não exercerem a opção de que trata este Artigo, passam a integrar o Quadro Suplementar, mantidos seus direitos e vantagens.

Art. 48 - Compete ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal, supervisionar, coordenar, orientar e controlar a implantação do Quadro Permanente.

Art. 49 - Ao Setor de Pessoal incumbe realizar auditorias nas unidades da Prefeitura Municipal, tendo como objetivo assegurar a regularidade das atividades de pessoal e a correção de eventuais desacertos.

Parágrafo Único - Os relatórios de auditoria serão submetidos, com recomendações, se for o caso, ao Prefeito Municipal.

Art. 50 - Os proventos corresponderão à soma do vencimento, dos adicionais por tempo de serviço e da média de gratificação de estímulo à produção percebida, no último ano.

Parágrafo Único - O abono de família será parcela apartada dos proventos, observado o regime jurídico de seu pagamento.

Art. 51 - É vedado o desempenho de atividade prevista em classe do novo Plano, à margem deste ou de forma diferente da de que cogita esta Lei, salvo o caso de ocupante de cargo do Quadro Suplementar.

Art. 52 - É vedado colocar Servidor à disposição de órgão ou entidade de direito público ou privado, com ônus para o Município de Planura, salvo a hipótese de Convênio.

Art. 53 - Fica assegurado aos Servidores do Município o recebimento de gratificação de Natal equivalente ao vencimento do mês de dezembro de cada ano e proporcional ao número de meses trabalhados durante o ano.

Art. 54 - Fica assegurado aos Servidores Estatutários, regidos pela Lei Complementar nº 01/94, de 25 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, os benefícios desta Lei , retroativamente a 1º de junho de 1995.

Art. 55 - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das Dotações Orçamentárias próprias.

Art. 56 - Revogam, somente, as disposições em contrário, tendo esta Lei vigência a partir de 1º de junho de 1995.

Prefeitura Municipal de Planura, 24 de agosto de 1995.

Mario José Ferreira
-Prefeito Municipal-

Josias Francisco Rodrigues
Oficial de Gabinete